



LIBERTY SEGUROS S.A.

C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Em maio de 2023, o Grupo Liberty Brasil celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e Liberty International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da Liberty International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas pela Liberty Seguros S.A. e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da Liberty International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o cumprimento de todas as condições precedentes, a transferência do controle acionário da Seguradora para a HDI Seguros S.A. foi concretizada em novembro de 2023. A Liberty Seguros S.A. a partir desse momento é integrante do Grupo HDI, aqui representado pelas Seguradoras HDI Seguros, Liberty Seguros, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Somp Consumer Seguradora) - é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que

diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em 2023, o Grupo destacou-se pelo crescimento robusto, com 43,2 bilhões de euros em receitas de prêmios e um lucro líquido de 1.581 milhões de euros - em demonstrações preliminares. O investimento no Brasil, representado pela aquisição da Somp Consumer e do Grupo Liberty Brasil, contribuiu para o fortalecimento da companhia no último ano. **Resultados e Evolução patrimonial:** A Liberty Seguros registrou o total de R\$ 6,7 bilhões de prêmios emitidos em 2023 e lucro de R\$ 584 milhões. Para sustentar esta operação, a seguradora conta com ativos de R\$ 8,8 bilhões e reservas de R\$ 5,1 bilhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. Um dos destaques do ano do Grupo HDI foi a aquisição da Somp Consumer e do Grupo Liberty Brasil. Com essas operações, o Grupo HDI passou a ocupar a 2ª colocação no ranking de prêmios emitidos no segmento de P&C, no valor de R\$ 12,8 bilhões e cerca de 6 milhões de clientes. Além disso, os negócios reforçaram seu posicionamento competitivo em todas as regiões do país, com destaque para Sul e Sudeste. **Perspectivas e planos da Administração para 2024:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) projeta um crescimento de 11,7% do setor em 2024. Com a aquisição da Somp Consumer e da Liberty Seguros, o Grupo HDI

espera ampliar ainda mais seus ganhos de escala e sua capacidade para oferecer os melhores produtos e condições para corretores e clientes. A prioridade da companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação básica)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas explicativas		Passivo	Notas explicativas	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Circulante	7.305.190	5.509.023	Circulante	6.092.139	5.220.132
Disponível	5.2 e 6	76.530	Contas a pagar	5.2 e 14	582.983
Caixa e bancos		76.530	Obrigações a pagar		231.912
Aplicações	5.2., 5.3 e 7	2.871.338	Impostos e encargos sociais a recolher		201.136
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2	2.655.723	Encargos trabalhistas		29.159
Prêmios a receber	8	2.567.628	Impostos e contribuições		25.837
Operações com seguradoras		30.514	Outras contas a pagar		94.939
Operações com resseguradoras		57.581	Débitos de operações com seguros e resseguros	5.2 e 15	886.921
Outros créditos operacionais	5.2	263.456	Prêmios a restituir		9.077
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2	481.910	Operações com seguradoras		52.581
Títulos e créditos a receber		239.306	Operações com resseguradoras		374.531
Títulos e créditos a receber	5.2 e 10.1	227.420	Corretores de seguros e resseguros		438.342
Créditos tributários e previdenciários	9	9.653	Outros débitos operacionais		12.390
Outros créditos	5.2 e 10.2	2.233	Depósitos de terceiros		25.093
Outros valores e bens	5.2 e 10.3	95.954	Provisões técnicas - seguros	5.2 e 16	4.590.860
Bens a venda		95.954	Danos		4.274.559
Outros valores		-	Pessoas		181.041
Despesas antecipadas		5.566	Vida individual		135.260
Custos de aquisição diferidos	11	615.407	Outros débitos		6.282
Seguros		615.407	Débitos diversos		6.282
Ativo não circulante		1.523.542	Passivo não circulante		620.239
Realizável a longo prazo		1.400.579	Contas a pagar	5.2	9.173
Aplicações	5.2., 5.3 e 7	692.128	Tributos diferidos	9 e 14	29
Créditos das operações com seguros e resseguros		109.163	Outras contas a pagar	14	9.144
Prêmios a receber	5.2 e 8	108.220	Débitos das operações com seguros e resseguros	5.2 e 15	12.429
Operações com seguradoras		943	Operações com seguradoras		3.582
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2	292.665	Corretores de seguros e resseguros		8.847
Títulos e créditos a receber		204.731	Provisões técnicas - seguros	5.2 e 16	551.052
Títulos e créditos a receber	10.1	82.318	Danos		428.808
Créditos tributários e previdenciários	9	109.084	Pessoas		115.617
Depósitos judiciais e fiscais	10.4	13.329	Vida individual		6.627
Outros valores e bens	10.3	21.359	Outros débitos		47.585
Outros valores		21.359	Provisões judiciais	5.2 e 17	32.391
Custos de aquisição diferidos	11	80.533	Débitos diversos		15.194
Seguros		80.533	Patrimônio líquido	5.5	2.116.354
Imobilizado	12	18.474	Capital social	18	819.704
Imóveis de uso próprio		1.267	Reservas de reavaliação	18	(26)
Bens móveis		17.005	Reservas de lucros	18	1.293.445
Outras imobilizações		202	Ajuste de avaliação patrimonial		3.231
Intangível	5.5. e 13	104.489	Total do Passivo		8.828.732
Outros intangíveis		104.489			7.460.984
Total do Ativo		8.828.732			7.460.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas explicativas		Notas explicativas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	19.1	6.699.568	19.1	5.915.687
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(308.291)	19.2	(950.723)
(=) Prêmios ganhos		6.391.277		4.964.964
(-) Sinistros ocorridos	19.3	(3.452.306)	19.3	(3.005.696)
(-) Custos de aquisição	19.4	(1.361.950)	19.4	(1.092.425)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(87.322)	19.5	(86.364)
(+/-) Resultado com resseguro	19.6	25.714	19.6	(36.692)
(+) Receita com resseguro		266.744		187.937
(-) Despesa com resseguro		(272.863)		(220.502)
(-) Outros resultados com resseguro		31.833		(4.127)
(-) Despesas administrativas	19.7.1	(701.700)	19.7.1	(570.083)
(-) Despesas com tributos	19.7.2	(174.075)	19.7.2	(114.678)
(+) Resultado financeiro	19.8	370.025	19.8	197.030
(=) Resultado operacional		1.009.663		256.056
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		12		1.030
(=) Resultado antes dos impostos e participações		1.009.675		257.086
(-) Imposto de renda	19.9	(222.688)	19.9	(41.466)
(-) Contribuição social	19.9	(143.271)	19.9	(27.643)
(-) Participações sobre o lucro	22.2	(59.603)	22.2	(49.368)
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		584.113		138.609
(/) Quantidade de ações	18.a e 18.e	34.418	18.a e 18.e	34.418
(=) Lucro/(prejuízo) líquido por ação básico (em reais)	18.e	16.971	18.e	4.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Demonstração do resultado abrangente	584.113	138.609
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	584.113	138.609
Outras receitas abrangentes	86.176	25.040
Ajustes com títulos e valores mobiliários	86.176	25.040
Efeito tributário sobre ajustes com títulos e valores mobiliários	(34.470)	(10.017)
Outros resultados abrangentes do exercício	85	101
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	51.791	15.124
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	635.904	153.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Demonstração de fluxo de caixa - método indireto	584.113	138.609
Atividades operacionais:	584.113	138.609
Lucro líquido do exercício	584.113	138.609
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	34.013	32.215
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	2.295	7.303
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	1.883	6.420
Outros ajustes	85	2.246
Variação nas contas patrimoniais:	622.389	186.793
Ativos financeiros	(830.018)	(567.921)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(188.046)	(693.016)
Ativos de resseguro	(235.556)	(168.644)
Créditos fiscais e previdenciários	10.349	41.108
Depósitos judiciais e fiscais	2.610	4.318
Despesas antecipadas	1.475	(3.545)
Custos de aquisição diferidos	(84.148)	(115.117)
Outros ativos	(50.670)	(212.538)
Impostos e contribuições	(3.099)	22.183
Outras contas a pagar	170.661	92.354
Débitos de operações com seguros e resseguros	207.685	152.525
Depósitos de terceiros	(17.557)	7.624
Provisões técnicas - seguros e resseguros	507.712	1.084.622
Provisões judiciais	(651)	4.248
Outros passivos	5.819	15.657
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	118.955	(149.349)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	1.090	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(4.969)	(6.554)
Intangível	(23.496)	(29.927)
Redução de Caixa nas atividades de investimento	(27.375)	(36.481)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital "em aprovação"	-	210.446
Distribuição de dividendos	(138.726)	-
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimento e financiamento	(138.726)	210.446
Redução/(aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(47.146)	24.616
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (vide nota explicativa nº 6)	123.676	99.060
Efeito de variações nas taxas de câmbio	(2.374)	(3.603)
Caixa e equivalentes de caixa ajustado	78.904	127.279
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (vide nota explicativa nº 6)	76.530	123.676
Redução/(aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(47.146)	24.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas explicativas	Reserva de lucros					Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reserva estatutária	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		567.258	42.000	233	652.921	56.083	(63.498)	1.254.997
Aumento de capital em aprovação AGO 28/12/2022		-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação AGO 27/10/2022		-	210.446	-	-	-	-	210.446
Aprovação aumento de capital conforme Portaria SUSEP/CGRAJ 571 de 31 de dezembro de 2022	18.a.	252.446	(252.446)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização		-	-	(153)	-	-	-	255
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	15.023	15.023
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	138.609	138.609
Reservas estatutárias		-	-	-	131.933	-	(131.933)	-
Reserva legal		-	-	-	-	6.930	(6.930)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		819.704	-	80	784.854	63.013	(48.475)	1.619.176
Reserva de reavaliação:								
Realização		-	-	(106)	-	-	-	191
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	51.706	51.706
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	584.113	584.113
Reservas estatutárias		-	-	-	555.098	-	(555.098)	-
Reserva legal		-	-	-	-	29.206	(29.206)	-
Dividendos		-	-	-	(138.726)	-	-	(138.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		819.704	-	(26)	1.201.226	92.219	3.231	2.116.354

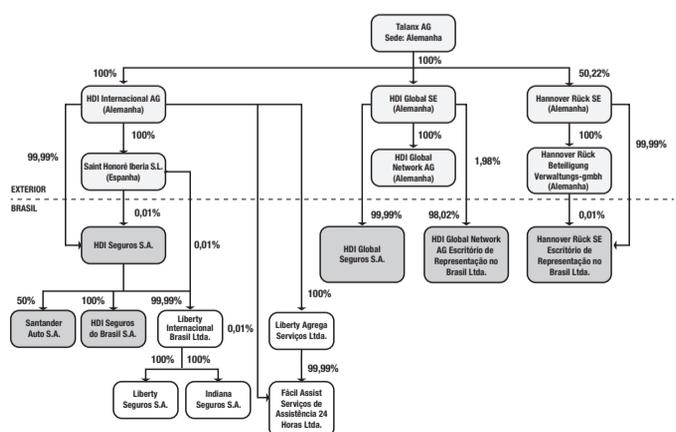
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Liberty Seguros S.A. (doravante "Seguradora") foi constituída em 1º de setembro de 2005, uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. No dia 27 de maio de 2023, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e Liberty International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da Liberty International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas

pela Liberty Seguros S.A. e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da Liberty International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o cumprimento de todas as condições precedentes, o fechamento ocorreu em 22 de novembro de 2023. A Companhia a partir desse momento é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:



Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos

★ continuação

LIBERTY SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 27 de fevereiro de 2024. A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem os critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) - Demonstrações, foram classificados como não circulantes. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. c) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base de mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado”, e “ativos financeiros disponíveis para venda”; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). e) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. f) **Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. g) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:** - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, com aprovação da SUSEP com início de vigência estabelecida em 02 janeiro de 2024. - IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Seguradora não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora. A aplicação do CPC 50 ocorrerá quando da aprovação pela SUSEP.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (com vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor de mercado. b) **Ativos financeiros:** *i. Classificação e mensuração:* A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Disponíveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; e • Mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 39 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado. Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *“day-one profits/losses”*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. Geralmente, juros sobre os ativos e passivos correspondentes não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida. *ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Esta categoria compreende duas subcategorias: *Ativos financeiros detidos para propósito de negociação:* A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. *Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:* Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. *iii. Recebíveis:* Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável (*“Impairment”*) a cada data de balanço (vide política contábil na nota explicativa nº 3.1.). *iv. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “ajustes com títulos e valores mobiliários”, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por venda considerada permanente (vide política contábil de *“Impairment”* na nota explicativa nº 3.1.). *v. Determinação de valor justo de ativos:* Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em *“bid price”*, também conhecido como “preço de oferta” e que representa o preço pelo qual um investidor estaria disposto a pagar por um determinado título. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. c) **Ativos não financeiros mantidos para venda:** A Seguradora detém certos ativos mantidos para a venda que são oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados à venda dos ativos e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. d) **Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a condução dos negócios da Seguradora e compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2008. Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto

para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 12. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. e) **Ativos intangíveis:** *i. Softwares* - Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • O *software* pode ser usado; • O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*; e • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *“Impairment”* periodicamente pela Seguradora. *ii. Licenças de uso de softwares adquiridas* - As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. f) **Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*“Impairment”*):** *i. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados).* A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) apresenta perda de seu valor recuperável (*“Impairment”*). Para esta análise a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis, que incluem: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado título de um mercado ativo; e • Informações observáveis que indicam uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos, embora esta redução não possa ser atribuída para os ativos individualmente não significativos. Para avaliação da perda do valor recuperável de ativos financeiros classificados como empréstimos ou recebíveis, a Seguradora utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de perda de valor para ativos individualmente significativos. Se não existe evidência de que um ativo individualmente significativo apresentou perda de seu valor, a Seguradora poderia, segundo essa metodologia, incluir o ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e acessar este ativo para avaliar o risco de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). A Seguradora avalia periodicamente os prêmios vencidos e constitui uma provisão, de acordo com estudo atualizado semestralmente (vide nota explicativa nº 8). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos, que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual, não são incluídos na base de cálculo coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) e no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Seguradora utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável (*“Impairment”*). *ii. Ativos avaliados ao valor justo:* A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como “disponível para a venda” apresenta evidências individuais de perda ao seu valor recuperável. No caso de investimentos em instrumentos de capital, a Seguradora avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo em relação ao seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. As perdas para redução ao valor recuperável em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com valor recuperável registradas são revertidas se o valor justo do instrumento financeiro aumentar, e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data em que a perda foi inicialmente reconhecida. *iii. Ativos não financeiros:* Os ativos não financeiros que não possuem vida útil definida, como terrenos, por exemplo, não são depreciados e são testados para perda de seu valor recuperável anualmente. Ativos não financeiros sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para perda quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja mais recuperável. A redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período para o valor contábil do ativo que exceder o valor recuperável conforme CPC 01. g) **Contratos de arrendamento mercantil (*“leasing”*): Arrendamento mercantil** - Os pagamentos feitos pela Seguradora referente aos arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. A Seguradora possui contratos de arrendamentos para imóveis e veículos. h) **Contratos de seguro e contratos de investimento – Classificação:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Adicionalmente, a Seguradora contrata prestadores de serviço, tais como chapeiros, assistência 24 horas, vidros etc. que são avaliados para fins de classificação de contratos, sendo classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. i) **Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro e resseguro:** *i. Avaliação de ativos de contratos de resseguro* - Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) desses ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. *ii. Passivos de contratos de seguro* - A Seguradora utilizou as diretrizes da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras. A Seguradora não aplicou os princípios de Contabilidade Reflexa (ou *“Shadow Accounting”*), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda, segundo o CPC 38, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro, segundo as práticas contábeis brasileiras anteriormente aplicadas. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas na data de adoção do CPC 11. j) **Provisões técnicas - seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo às práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA. Os Custos de Aquisição Diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada *“pró-rata”* dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Videntes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de *“run-off”* de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim, essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos videntes, assumidos pela Seguradora, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor

considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Avisados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofreram até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. k) **Passivos financeiros:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo. Quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explícita no contrato), a Seguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar a cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar, considerando, inclusive, o risco de crédito da Seguradora para este propósito. l) **Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras de procedimentos para a sua realização. Segundo esta Circular, a Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, esta deficiência que poderá ser líquida da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria “mantido até o vencimento”, e que sejam utilizados como base de apuração do cálculo de excedentes financeiros deve ser reconhecida na PCC ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. m) **Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Seguradora constitui provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros e civéis são atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e os trabalhistas pela Tabela Prática do TRT da 2ª região de São Paulo. n) **Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. o) **Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas:** *i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro:* As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. *ii. Receita de juros e dividendos recebidos:* As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável (*“Impairment”*), a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. *iii. Benefícios a empregados: Obrigações de curto prazo* - As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. *Obrigações por aposentadorias* - As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados. *Outros benefícios de curto prazo* - Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. *Benefícios pós-emprego* - A Seguradora não possui qualquer política ou programa de benefícios classificados em benefícios de longo prazo como benefício pós-emprego. p) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável anual acima de R\$ 240 por exercício. O Governo Federal editou em 30 de agosto de 2022, a Medida Provisória nº 1.115/22, convertida na Lei nº 14.446/2022 de 02 de setembro de 2022, aumentando a alíquota da contribuição social sobre o lucro de 15% para 16% a partir de 01 de agosto de 2022, sendo que tal alteração será válida até 31 de dezembro de 2022, retornando a alíquota de 15% a partir de 01 de janeiro de 2023. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até julho/2022, e 16% a partir de agosto de 2022. (vide nota explicativa nº 18.9.). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (terrenos e edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou *“liability method”* segundo o CPC 32) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **i. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguros da Seguradora é o componente onde a Administração mais utiliza estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Seguradora utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. **ii. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões**



LIBERTY SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

★ continuação

para **contingências tributárias, cíveis e trabalhistas**: A Seguradora possui processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, estes registros estão amparados pela opinião do departamento jurídico da Seguradora e de seus consultores legais externos. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões.

iii. **Cálculo de valor justo de ativos financeiros**: Conforme requerido pelo CPC 38, a Seguradora aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para venda", ativos "mensurados ao valor justo através do resultado" e "mantidos para negociação". Nesse processo a Seguradora estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Seguradora divulga na nota explicativa nº 5.3, informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado.

iv. **Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários**: Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro/subscrição; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A Administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Seguradora.

Estrutura de gerenciamento de risco: Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Seguradora dispõe das áreas de Auditoria Interna, Comitê de Auditoria, *Compliance* e Gestão de riscos responsáveis por controles internos, SOX, *compliance* e normas. • Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Liberty Seguros aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua controladora HDI Seguros S.A.. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da HDI Seguros S.A.. Para administrar os riscos a que Seguradora está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificações e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Seguradora dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência.

5.1. Gestão de risco de seguro: Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuarial junto às áreas de subscrição da Seguradora, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Seguradora diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Seguradora busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio e resseguro por área geográfica está evidenciada na nota explicativa nº 19.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de seguro:

Modalidade	31/12/2023		31/12/2022	
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)		Exposição máxima ao risco de seguro (a)	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	549.872	549.872	505.271	505.271
Patrimonial	179.887	167.237	172.206	160.096
Vida	54.184	51.044	288.387	45.957
Transportes	223.982	217.698	55.850	210.986
Demais ramos	50.985	17.220	5.449	16.158
Total	1.058.910	1.003.071	991.178	938.468

(a) Esses montantes representam os valores máximos indenizáveis, em caso de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes nas respectivas datas-bases. Tais valores são calculados por meio da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutuamente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. A Seguradora realiza testes de sensibilidade para demonstrar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas seguintes variáveis: • Sinistralidade - simulação do efeito de uma elevação de 5 pontos percentuais na sinistralidade; • Despesas administrativas - simulação do aumento de 10% nas despesas administrativas. Para a elaboração do teste foram utilizadas, respectivamente, a sinistralidade apurada na relação entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos, e o montante de despesas administrativas, ambos registrados nos últimos 12 meses contados a partir de cada uma das datas-bases apresentadas. A tabela abaixo apresenta os resultados brutos e líquidos de resseguros, considerando as respectivas premissas:

Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Ramo	PPNG		PPNG-RVNE		PSL / PDR		IBNR		IBNER		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	—	—	—	—	60	—	4	12	8	27	72	39
Patrimonial	297.963	140.273	23.639	—	16.401	85.930	65.942	13.992	9.834	16.131	9.895	437.655
Vida	20.598	16.554	318	—	324	21.263	18.789	12.619	5.770	9.131	7.410	63.929
Transportes	—	—	—	—	—	2.140	987	1.452	422	349	(46)	9.453
Demais ramos	167.590	141.021	6.203	—	6.163	18.926	84.217	36.309	4.974	34.438	6.465	263.466
Total	491.663	301.433	30.160	—	22.888	128.319	169.935	64.376	21.012	60.057	23.751	774.575

5.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez: A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Seguradora possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez. O Grupo Liberty tem uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites para correta gestão e mitigação dos riscos. Esta política de investimentos compreende os principais critérios e restrições de acordo com a regulação local e também de acordo com a política mundial do Grupo Liberty para investimentos. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de seguro detidos pela Seguradora e seus passivos, por vencimento:

Composição da carteira	Acima de Saldo contábil			
	Até 1 ano	1 ano	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro				
- Disponíveis para venda				
Ativos pré-fixados				
Públicos	2.506.219	579.256	3.085.475	2.240.856
Ativos pós-fixados				
Públicos	90.969	—	90.969	—
Privados	258.898	111.634	370.532	439.198
Fundos de investimento	15.007	1.238	16.245	1.443
Outros	245	—	245	245
- Recebíveis, pré-fixados				
Prêmios a receber de segurados	2.567.628	108.220	2.675.848	2.501.810
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	88.095	943	89.038	77.325
Outros créditos operacionais	263.456	—	263.456	227.285
- Ativos de resseguro	481.910	292.665	774.575	539.019
- Títulos e créditos a receber	227.420	82.318	309.738	304.179
- Outros créditos	2.233	—	2.233	2.410
- Outros valores e bens	95.954	21.359	117.313	99.087
- Depósitos judiciais e fiscais	—	13.329	13.329	15.939
- Disponível e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)	76.530	—	76.530	123.676
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	6.674.564	1.210.962	7.885.526	6.572.472

Passivos	Acima de Saldo contábil			
	Até 1 ano	1 ano	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar	582.983	9.173	592.156	424.594
Débitos de operações com seguros e resseguros	886.921	12.429	899.350	691.665
Provisões técnicas - seguros	4.590.860	551.052	5.141.912	4.634.200
Outros débitos	6.282	47.585	53.867	48.699
Total de passivos	6.067.046	620.239	6.687.285	5.799.158

Embora haja um descasamento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Seguradora classificados como disponíveis para venda, cujo vencimento é acima de um ano, tem liquidez imediata.

5.3. Gestão de risco de mercado: A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. O CPC 39 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • *Nível 1*: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • *Nível 2*: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • *Nível 3*: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro - LFT	90.969	—	90.969	—	—	—
Letras do tesouro nacional - LTN	2.538.731	—	2.538.731	1.281.144	—	1.281.144
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	546.744	—	546.744	959.712	—	959.712
Títulos privados						
Fundos de investimento - não exclusivos	16.245	—	16.245	1.443	—	1.443
CDBs (**)	—	248.729	248.729	—	317.243	317.243
Debêntures (***)	—	121.803	121.803	—	121.955	121.955
Outras aplicações	—	—	—	—	—	—
Fundos e reservas retidos pelo IRB	—	245	245	—	245	245
Total ativos financeiros	3.192.689	370.777	3.563.466	2.242.299	439.443	2.681.742

(*) A Seguradora não detém ativos financeiros classificados de acordo com o Nível 3. (**) Os emissores dos CDB's são a Caixa Econômica Federal, Bancoob, Banrisul e Santander. (***) Os emissores de Debêntures são Petrobras, Eletrobrás, Suzano e Klabin.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre

I) Auto

Premissas

Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(258.310)	(258.310)	(190.357)	(190.357)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(59.966)	(59.966)	(47.336)	(47.336)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	26.803	26.803	21.404	21.404
Aumento da inflação em 2% nas despesas de comercialização	(10.721)	(10.721)	(8.562)	(8.562)
Redução da inflação em 2% nas despesas administrativas	11.993	11.993	9.467	9.467
Total	(290.201)	(290.201)	(215.384)	(215.384)

II) Danos - exceto Auto

Premissas

Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(41.326)	(20.487)	(38.827)	(25.700)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(10.779)	(10.779)	(9.850)	(9.850)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	4.630	4.630	4.024	4.024
Aumento da inflação em 2% nas despesas de comercialização	(1.852)	(1.852)	(1.609)	(1.609)
Redução da inflação em 2% nas despesas administrativas	2.156	2.156	1.970	1.970
Total	(47.171)	(26.332)	(44.292)	(31.165)

III) Vida

Premissas

Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(19.928)	(17.997)	(19.065)	(17.166)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(4.496)	(4.496)	(4.240)	(4.240)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	3.457	3.457	3.627	3.627
Aumento da inflação em 2% nas despesas de comercialização	(1.383)	(1.383)	(1.451)	(1.451)
Redução da inflação em 2% nas despesas administrativas	899	899	848	848
Total	(21.451)	(19.520)	(20.281)	(18.382)

A Seguradora demonstra nos quadros abaixo a composição de prêmios cedidos em resseguro em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ramo	Prêmios emitidos		Prêmios cedidos em resseguro		% Ressegurado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Automóvel	5.350.501	4.646.780	—	—	0%
Patrimonial	565.841	512.232	287.559	148.587	51%
Vida	409.896	412.472	38.620	37.970	9%
Transportes	168.087	175.696	7.270	4.949	4%
Demais ramos	205.243	168.507	122.058	108.722	59%
Total	6.699.568	5.915.687	455.408	300.498	7%

(a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Ressegurador	Categoria de Risco (*)	Prêmio cedido		% cedido	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Everest Reinsurance Company	Admitida	A+	23	106	0%
Swiss Reinsurance Company	Admitida	A+	—	6	0%
SCOR SE	Admitida	AA-	—	1.697	0%
Berkley Insurance Company	Admitida	A+	—	871	0%
American Home Assurance Company	Admitida	A+	3	410	0%
HANNOVER RUCKVERSICHERUNG AG	Admitida	AA-	81.385	—	18%
XL INSURANCE COMPANY SE	Admitida	AA-	—	42	0%
LLOYD'S	Eventual	AA-	17.819	22.433	4%
Liberty Mutual Insurance Company	Eventual	A	135.474	136.688	30%
Markel International Insurance Company Limited	Eventual	A	—	270	0%
Odyssey Reinsurance Company	Eventual	A	1.204	—	0%
CHUBB EUROPEAN GROUP SE	Eventual	AA	—	42	0%
FIDELIS UNDERWRITING LIMITED	Eventual	A	47	—	0%
Liberty Mutual Insurance Europe Limited	Eventual	A	3.415	977	1%
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local		62.123	56.720	14%
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local		69.679	65.311	15%
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local		77.908	12.725	17%
AXA XL Resseguros S.A.	Local		—	324	0%
Austral Resseguradora S.A.	Local		3.860	1.489	1%
Mapfre Re do Brasil Cia. de Resseguro	Local		1.014	100	0%
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Re	Local		1.452	—	0%
Ace Resseguradora S/A	Local		2	287	0%
Total			455.408	300.498	100%

(*) A Seguradora utiliza como fonte para classificação de categoria de risco o site da autarquia SUSEP.

Ativos de resseguro	PPNG		PPNG-RVNE		PSL / PDR		IBNR		IBNER		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	—	—	—	—	60	—	4	12	8	27	72	39
Patrimonial	297.963	140.273	23.639	—	16.401	85.930	65.942	13.992	9.834	16.131	9.895	437.655
Vida	20.598	16.554	318	—	324	21.263	18.789	12.619	5.770	9.131	7.410	63.929
Transportes	—	—	—	—	—</							

★ continuação

LIBERTY SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. ATIVO IMOBILIZADO

Custo	Terrenos		Edificações		Móveis, máquinas e utensílios	Equipamentos		Veículos		Imobilizado em andamento	Imobilizado Total
	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	652	17.031	35.422	61.838	8.781	639	124.363				
(+) Aquisições	-	-	947	3.543	479	-	4.969				
(-) Baixas	-	-	(9)	(213)	(4.806)	-	(5.028)				
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	(437)	(437)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652	17.031	36.360	65.168	4.454	202	123.867				
Depreciação acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(15.888)	(26.636)	(56.730)	(3.746)	-	(103.000)				
(-) Depreciação	-	(528)	(1.413)	(2.239)	(1.358)	-	(5.538)				
(+) Baixas	-	-	6	151	2.988	-	3.145				
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(16.416)	(28.043)	(58.818)	(2.116)	-	(105.393)				
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	652	1.143	8.786	5.108	5.035	639	21.363				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652	615	8.317	6.350	2.338	202	18.474				
Taxas anuais de depreciação - %	-	4	10	20	20	-	-				

(a) Os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados em 2008, os valores líquidos de depreciações e impostos estão registrados na conta "reserva de reavaliação" no patrimônio líquido.

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

Projeto	Projetos de tecnologia em andamento		Total
	31/12/2023	31/12/2022	
(=) Saldo em 31 de Dezembro de 2022	104.528	14.702	119.230
(+) Adições	23.496	24.138	47.634
(-) Amortização	(24.679)	-	(24.679)
(+/-) Transferências	-	(37.696)	(37.696)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023	103.345	1.144	104.489

14. CONTAS A PAGAR

Obrigações a pagar	31/12/2023		31/12/2022	
Obrigações a pagar	231.912	77.919	201.136	187.417
Impostos e encargos sociais a recolher (a)	29.159	27.890	25.837	28.936
Encargos trabalhistas	104.083	102.318	592.127	424.480
Impostos e contribuições (a)	582.983	415.274	9.144	9.206
Outras contas a pagar	592.127	424.480	592.127	424.480
Total	592.127	424.480	592.127	424.480
Circulante	29	114	29	114
Não circulante	592.127	424.480	592.127	424.480
Total não circulante	29	114	29	114
a) Impostos e contribuições a pagar:				
I OF sobre prêmios de seguros	178.627	170.718	1.225	1.776
Imposto sobre serviços retido na fonte	1.225	1.776	1.169	1.017
PIS e COFINS retido na fonte	1.169	1.017	11.106	7.996
Contribuições ao INSS e ao FGTS	8.689	5.631	320	278
Imposto de renda retido na fonte	-	1	-	-
Contribuição social retida na fonte	201.136	187.417	14.278	12.102
Outros	14.278	12.102	1.535	10.154
Impostos e encargos sociais a recolher	201.136	187.417	14.278	12.102
PIS e COFINS	1.535	10.154	7.870	6.680
Imposto de renda - Corrente	7.870	6.680	9.405	16.834
Contribuição social - Corrente	1.346	-	808	-
Subtotal	9.405	16.834	2.154	-
Imposto de renda - Diferido	1.346	-	2.537	28.936
Contribuição social - Diferida	808	-	2.537	28.936
Subtotal (vide nota explicativa nº 9)	2.154	-	25.837	28.936
Impostos e contribuições	25.837	28.936	18	71
Imposto de renda sobre reavaliação	18	71	11	43
Contribuição social sobre reavaliação	11	43	29	114
Tributos diferidos (vide nota explicativa nº 9)	29	114	29	114

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Prêmios a restituir	31/12/2023		31/12/2022	
Prêmios a restituir	9.077	8.650	56.163	61.014
Operações com seguradoras	374.531	235.539	447.189	375.269
Operações com resseguradoras	12.390	11.193	899.350	691.665
Corretores de seguros e resseguros	886.921	683.210	12.429	8.455
Outros débitos	899.350	691.665	899.350	691.665
Total	899.350	691.665	899.350	691.665
Circulante	886.921	683.210	886.921	683.210
Não circulante	12.429	8.455	12.429	8.455
Total	899.350	691.665	899.350	691.665

16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Provisões técnicas de contratos de seguros	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	3.753.984	3.232.161	3.446.207	3.121.886
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas	843.562	715.243	838.953	669.018
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	304.592	240.216	200.489	179.477
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	239.774	179.717	148.551	124.800
Total	5.141.912	4.367.337	4.634.200	4.095.181
Circulante	4.590.860	4.108.950	4.073.848	3.788.303
Não circulante	551.052	258.387	560.352	306.878
Total	5.141.912	4.367.337	4.634.200	4.095.181

a) Provisões técnicas de seguros:

Provisão de prêmios não ganhos	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	2.772.652	2.772.652	2.588.344	2.588.344
Patrimonial	445.993	124.392	353.733	197.058
Vida	279.601	258.684	268.262	251.384
Transportes	5.804	292	9.180	5.594
Demais ramos	249.934	76.141	226.688	79.506
Total	3.753.984	3.232.161	3.446.207	3.121.886
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas	31/12/2023		31/12/2022	
Bruto de resseguro	530.553	530.493	493.588	493.588
Líquido de resseguro	139.033	53.103	112.559	46.617
Bruto de resseguro	89.616	68.353	91.453	72.664
Líquido de resseguro	38.493	36.353	31.365	30.378
Bruto de resseguro	45.867	26.941	109.988	25.771
Líquido de resseguro	843.562	715.243	838.953	669.018
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	31/12/2023		31/12/2022	
Bruto de resseguro	154.532	154.528	119.780	119.768
Líquido de resseguro	29.079	15.087	33.056	23.222
Bruto de resseguro	44.416	31.796	28.651	22.881
Líquido de resseguro	4.419	2.967	3.937	3.515
Bruto de resseguro	72.146	35.838	15.065	10.091
Líquido de resseguro	304.592	240.216	200.489	179.477
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER	31/12/2023		31/12/2022	
Bruto de resseguro	99.282	99.274	90.871	90.843
Líquido de resseguro	42.623	26.492	18.578	8.683
Bruto de resseguro	24.884	15.753	22.489	15.078
Líquido de resseguro	(251)	(599)	(302)	(256)
Bruto de resseguro	73.236	38.797	16.915	10.452
Líquido de resseguro	239.774	179.717	148.551	124.800

16.1 Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das provisões técnicas (a)	5.141.912	4.634.200
(-) Operações com resseguradoras	393.153	344.281
(-) Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº7)	245	245
(-) Custos de aquisição diferidos (i)	376.875	326.875
(-) Direitos creditórios (ii)	2.042.685	1.915.131
Exclusões (b)	2.812.871	2.586.533
(=) Montante a ser garantido (c) = (a-b)	2.329.041	2.047.667
Bens Vinculados a cobertura das Reservas		
Títulos de renda fixa - públicos	2.276.391	2.034.156
Títulos de renda fixa - privados	326.215	145.755
Total Bens Vinculados (d)	2.602.606	2.179.911
Bens Não Vinculados a Cobertura das Reservas		
Caixa/Bancos	76.528	123.675
Outras Aplicações	960.859	501.855
Total Bens Não Vinculados (e)	1.037.387	625.530
Ativos Totais (f) = (d+e)	3.639.993	2.805.441
(=) Suficiência (f-c)	1.310.952	757.774

(i) Somente são oferecidos os custos de aquisição diferidos já quitados. (ii) Montante correspondente às parcelas a vencer dos componentes dos prêmios a receber e de apólices de risco a decorrer líquido de adicional de fracionamento, custo de apólice, parcelas vencidas e não quitadas ou parcelas de prêmios cedidos em resseguro ou cosseguro. 16.2 Desenvolvimento de sinistros ocorridos: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros judiciais e administrativos ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contêmplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2023 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2023:

Mês/ano de ocorrência:	Valores brutos de resseguro judiciais (em milhões de reais)												
	Até Dec-12	Dec-13	Dec-14	Dec-15	Dec-16	Dec-17	Dec-18	Dec-19	Dec-20	Dec-21	Dec-22	Dec-23	Total
Incorrido mais IBNR (i)													
Até a data-base:	69	54	56	52	71	70	78	81	82	82	87	101	
Um ano mais tarde:	101	52	63	68	66	69	78	82	86	101	107	-	
Dois anos mais tarde:	139	66	70	76	73	76	78	101	86	110	-	-	
Três anos mais tarde:	173	70	75	81	81	70	54	101	97	-	-	-	
Quatro anos mais tarde:	198	72	78	82	85	70	58	100	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde:	214	75	80	89	89	70	63	-	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde:	245	73	81	90	91	66	-	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde:	256	75	82	90	92	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde:	267	76	83	91	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde:	282	78	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos ou + mais tarde:	294	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2023	294	78	84	91	92	66	63	100	97	110	107	101	1.283
Pago Acumulado(*):													
Até a data-base:	(7)	(2)	(3)	(2)	(2)	(3)	(3)	(6)	(6)	(7)	(7)	(16)	
Um ano mais tarde:	(30)	(9)	(10)	(10)	(10)	(13)	(18)	(22)	(25)	(27)	(33)	-	
Dois anos mais tarde:	(58)	(15)	(14)	(16)	(19)	(24)	(28)	(37)	(37)	(40)	-	-	
Três anos mais tarde:	(83)	(19)	(20)	(23)	(27)	(31)	(37)	(45)	(49)	-	-	-	
Quatro anos mais tarde:	(108)	(23)	(25)	(33)	(34)	(39)	(43)	(53)	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde:	(129)	(26)	(34)	(43)	(48)	(47)	(49)	-	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde:	(157)	(28)	(40)	(50)	(54)	(58							

★ continuação

LIBERTY SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mês/ano de ocorrência:

Incorrido mais IBNR (I)

Até a data-base:	61	48	49	46	62	61	68	71	72	72	77	89	Total
Um ano mais tarde:	89	46	56	60	58	61	69	72	76	89	94	-	-
Dois anos mais tarde:	122	58	62	67	65	67	69	89	76	97	-	-	-
Três anos mais tarde:	152	61	66	71	71	61	48	89	86	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	174	63	69	73	74	61	51	88	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	189	66	70	78	78	61	55	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	215	65	71	79	80	58	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	226	66	72	79	81	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	235	67	73	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	248	68	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	259	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	259	69	74	80	81	58	55	88	86	97	94	89	1.130

Pago Acumulado(*):

Até a data-base:	(6)	(1)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(5)	(5)	(6)	(6)	(14)	-
Um ano mais tarde:	(27)	(8)	(9)	(8)	(9)	(11)	(16)	(19)	(22)	(24)	(29)	-	-
Dois anos mais tarde:	(51)	(13)	(13)	(14)	(17)	(21)	(25)	(33)	(33)	(35)	-	-	-
Três anos mais tarde:	(73)	(17)	(18)	(21)	(24)	(27)	(33)	(40)	(43)	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	(95)	(20)	(22)	(29)	(30)	(34)	(38)	(47)	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	(114)	(23)	(30)	(38)	(42)	(41)	(43)	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	(138)	(24)	(35)	(44)	(48)	(51)	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	(155)	(26)	(39)	(48)	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	(168)	(28)	(41)	(54)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	(182)	(31)	(44)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	(230)	(32)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	(230)	(32)	(44)	(54)	(51)	(51)	(43)	(47)	(43)	(35)	(29)	(14)	(673)

Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2023 (I)

Diferença entre estimativa inicial e final

Diferença % entre estimativa inicial e final

Valores líquidos de resseguro judiciais (em milhões de reais)												
Até Dec-12	Dec-13	Dec-14	Dec-15	Dec-16	Dec-17	Dec-18	Dec-19	Dec-20	Dec-21	Dec-22	Dec-23	Total
61	48	49	46	62	61	68	71	72	72	77	89	-
89	46	56	60	58	61	69	72	76	89	94	-	-
122	58	62	67	65	67	69	89	76	97	-	-	-
152	61	66	71	71	61	48	89	86	-	-	-	-
174	63	69	73	74	61	51	88	-	-	-	-	-
189	66	70	78	78	61	55	-	-	-	-	-	-
215	65	71	79	80	58	-	-	-	-	-	-	-
226	66	72	79	81	-	-	-	-	-	-	-	-
235	67	73	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
248	68	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
259	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
259	69	74	80	81	58	55	88	86	97	94	89	1.130
(6)	(1)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(5)	(5)	(6)	(6)	(14)	-
(27)	(8)	(9)	(8)	(9)	(11)	(16)	(19)	(22)	(24)	(29)	-	-
(51)	(13)	(13)	(14)	(17)	(21)	(25)	(33)	(33)	(35)	-	-	-
(73)	(17)	(18)	(21)	(24)	(27)	(33)	(40)	(43)	-	-	-	-
(95)	(20)	(22)	(29)	(30)	(34)	(38)	(47)	-	-	-	-	-
(114)	(23)	(30)	(38)	(42)	(41)	(43)	-	-	-	-	-	-
(138)	(24)	(35)	(44)	(48)	(51)	-	-	-	-	-	-	-
(155)	(26)	(39)	(48)	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-
(168)	(28)	(41)	(54)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(182)	(31)	(44)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(230)	(32)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(230)	(32)	(44)	(54)	(51)	(51)	(43)	(47)	(43)	(35)	(29)	(14)	(673)
29	37	30	26	30	7	12	41	43	62	65	75	457
(188)	(21)	(22)	(25)	(15)	8	8	(11)	(8)	(12)	(9)	-	-
76%	30%	34%	43%	23%	-5%	-24%	19%	16%	26%	18%	0%	0%

Mês/ano de ocorrência:

Incorrido mais IBNR (I)

Até a data-base:	3.845	785	991	1.062	1.176	1.250	1.323	1.504	1.573	1.867	2.370	2.795	Total
Um ano mais tarde:	3.995	796	1.047	1.109	1.248	1.284	1.378	1.567	1.642	1.960	2.469	-	-
Dois anos mais tarde:	3.999	797	1.051	1.108	1.247	1.285	1.379	1.566	1.648	1.967	-	-	-
Três anos mais tarde:	4.000	796	1.052	1.105	1.246	1.284	1.377	1.564	1.652	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	3.999	796	1.051	1.107	1.241	1.284	1.377	1.570	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	4.001	796	1.051	1.111	1.240	1.284	1.377	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	3.998	796	1.055	1.111	1.240	1.289	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	3.998	796	1.052	1.111	1.245	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	3.998	796	1.055	1.111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	3.998	796	1.055	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	3.997	796	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	3.997	796	1.055	1.111	1.245	1.289	1.377	1.570	1.652	1.967	2.469	2.795	21.323

Pago Acumulado(*):

Até a data-base:	(3.139)	(613)	(734)	(865)	(999)	(1.061)	(1.120)	(1.273)	(1.351)	(1.550)	(1.960)	(2.197)	-
Um ano mais tarde:	(3.951)	(786)	(1.030)	(1.093)	(1.218)	(1.272)	(1.362)	(1.547)	(1.623)	(1.936)	(2.433)	-	-
Dois anos mais tarde:	(3.981)	(793)	(1.044)	(1.099)	(1.233)	(1.280)	(1.371)	(1.557)	(1.634)	(1.950)	-	-	-
Três anos mais tarde:	(3.987)	(794)	(1.046)	(1.102)	(1.239)	(1.282)	(1.374)	(1.560)	(1.647)	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	(3.992)	(795)	(1.046)	(1.105)	(1.240)	(1.283)	(1.375)	(1.561)	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	(3.993)	(795)	(1.047)	(1.106)	(1.240)	(1.283)	(1.375)	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	(3.993)	(796)	(1.047)	(1.107)	(1.240)	(1.283)	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	(3.993)	(796)	(1.047)	(1.109)	(1.240)	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	(3.994)	(796)	(1.053)	(1.109)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	(3.994)	(796)	(1.053)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	(3.994)	(796)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2023	(3.994)	(796)	(1.053)	(1.109)	(1.240)	(1.283)	(1.375)	(1.561)	(1.647)	(1.950)	(2.433)	(2.197)	(20.638)

Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2023 (I)

Diferença entre estimativa inicial e final

Diferença % entre estimativa inicial e final

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
Até Dec-12	Dec-13	Dec-14	Dec-15	Dec-16	Dec-17	Dec-18	Dec-19	Dec-20	Dec-21	Dec-22	Dec-23	Total
3.845	785	991	1.062	1.176	1.250	1.323	1.504	1.573	1.867	2.370	2.795	-
3.995	796	1.047	1.109	1.248	1.284	1.378	1.567	1.642	1.960	2.469	-	-
3.999	797	1.051	1.108	1.247	1.285	1.379	1.566	1.648	1.967	-	-	-
4.000	796	1.052	1.105	1.246	1.284	1.377	1.564	1.652	-	-	-	-
3.999	796	1.051	1.107	1.241	1.284	1.377	1.570	-	-	-	-	-
4.001	796	1.051	1.111	1.240	1.284	1.377	-	-	-	-	-	-
3.998	796	1.055	1.111	1.240	1.289	-	-	-	-	-	-	-
3.998	796	1.052	1.111	1.245	-	-	-	-	-	-	-	-
3.998	796	1.055	1.111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.998	796	1.055	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.997	796	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.997	796	1.055	1.111	1.245	1.289	1.377	1.570	1.652	1.967	2.469	2.795	21.323
(3.139)	(613)	(734)	(865)	(999)	(1.061)	(1.120)	(1.273)	(1.351)	(1.550)	(1.960)	(2.197)	-
(3.951)	(786)	(1.030)	(1.093)	(1.218)	(1.272)	(1.362)	(1.547)	(1.623)	(1.936)	(2.433)	-	-
(3.981)	(793)	(1.044)	(1.099)	(1.233)	(1.280)	(1.371)	(1.557)	(1.634)	(1.950)	-	-	-
(3.987)	(794)	(1.046)	(1.102)	(1.239)	(1.282)	(1.374)	(1.560)	(1.647)	-	-	-	-
(3.992)	(795)	(1.046)	(1.105)	(1.240)	(1.283)	(1.375)	(1.561)	-	-	-	-	-
(3.993)	(795)	(1.047)	(1.106)	(1.240)	(1.283)	(1.375)	-	-	-	-	-	-
(3.993)	(796)	(1.047)	(1.107)	(1.240)	(1.283)	-	-	-	-	-	-	-
(3.993)	(796)	(1.047)	(1.109)	(1.240)	-	-	-	-	-	-	-	-
(3.994)	(796)	(1.053)	(1.109)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(3.994)	(796)	(1.053)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(3.994)	(796)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(3.994)	(796)	(1.053)	(1.109)	(1.240)	(1.283)	(1.375)	(1.561)	(1.647)	(1.950)	(2.433)	(2.197)	(20.638)
3	-	2	2	5	6	2	9	5	17	36	598	685
(152)	(11)	(64)	(49)	(69)	(39)	(54)	(66)	(79)	(100)	(99)	-	-
4%	1%	6%	4%	6%	3%	4%	4%	5%	5%	4%	0%	0%

(I) Não inclui movimentos dos sinistros dos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH, sinistros referentes a operações de Cosseguro Aceito, sinistros ocorridos há mais de 20 anos e sinistros registrados na conta transitória de sinistros a liquidar. Os valores apresentados são nominais e estão expressos em milhões de reais. Abaixo demonstramos a conciliação entre os saldos apresentados nos quadros acima para a linha de

* continuação

LIBERTY SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19.2 Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Resseguro		
Provisão de prêmios não ganhos	(308.291)	197.502	(110.789)	(950.723)	81.001	(869.722)
Total da variação das provisões técnicas	(308.291)	197.502	(110.789)	(950.723)	81.001	(869.722)

19.3 Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguro		Sinistralidade		Líquido de resseguro		Sinistralidade	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	(2.800.980)	(2.536.695)	54%	67%	(2.800.918)	(2.536.746)	54%	67%
Patrimonial	(250.554)	(204.280)	53%	49%	(135.982)	(118.881)	39%	105%
Vida	(171.092)	(146.163)	43%	38%	(112.452)	(99.606)	31%	32%
Transportes	(75.025)	(65.859)	44%	38%	(71.413)	(66.840)	43%	40%
Demais ramos	(154.655)	(52.699)	85%	29%	(79.962)	4.211	93%	-1%
Total	(3.452.306)	(3.005.696)	54%	61%	(3.200.727)	(2.817.862)	52%	62%

19.4 Custos de aquisição:

	Índice de comissionamento	
	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	(992.556)	(759.829)
Patrimonial	(145.236)	(119.456)
Vida	(137.234)	(127.900)
Transportes	(49.826)	(50.957)
Demais ramos	(37.098)	(34.283)
Total	(1.361.950)	(1.092.425)

19.5 Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas	-	322
Total	-	322
Despesas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com encargos sociais	(3.369)	(3.012)
Provisão para risco de crédito	(2.205)	(7.738)
Despesas com rastreador	(34.837)	(23.933)
Contingências cíveis	(8.519)	(14.971)
Despesas com serviços de dados	(9.491)	(12.200)
Outras despesas	(28.901)	(24.832)
Total	(87.322)	(86.686)

19.6 Resultado com resseguro:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com resseguro	266.744	187.937
Indenizações de sinistros	220.948	169.952
Despesa com sinistros	2.223	13.382
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	43.364	4.503
Participações nos lucros	209	100
Despesa com resseguro	(272.863)	(220.502)
Prêmios de resseguros	(513.657)	(357.041)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	202.628	83.866
Comissões sobre prêmio de resseguro	58.249	56.543
Variação despesa de comercialização diferida	(5.125)	(2.865)
Salvados e ressarcidos	(14.958)	(1.005)
Outros resultados com resseguro	31.833	(4.127)
Total de resultado com resseguro	25.714	(36.692)

19.7 Despesas operacionais:

19.7.1 Despesas administrativas:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(398.313)	(316.335)
Serviços de terceiros	(185.549)	(147.447)
Localização e funcionamento	(71.195)	(65.575)
Depreciação/amortização	(34.013)	(32.215)
Publicidade e propaganda	(18.658)	(16.435)
Recuperação de despesas com Indiana (vide nota explicativa nº 20.a)	25.955	15.514
Outras	(19.927)	(7.590)
Total	(701.700)	(570.083)

19.7.2 Despesas com tributos:

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	(140.809)	(90.652)
PIS	(22.882)	(14.731)
Taxa de fiscalização	(5.181)	(4.983)
IPVA de salvados	95	-
Outras	(5.298)	(4.312)
Total	(174.075)	(114.678)

19.8 Resultado financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	390.350	264.139
Rendimentos títulos da dívida pública	258.558	168.194
Rendimentos CDB	44.649	23.377
Rendimentos debêntures	17.123	16.193
Rendimentos fundos de investimentos - não exclusivos	151	162
Receitas com operação de seguros	24.898	18.750
Outras receitas financeiras	44.971	37.463
Despesas financeiras	(20.325)	(67.109)
Despesas com operação de seguros	649	(48.792)
Variação Cambial moeda estrangeira	(3.217)	(10.700)
Outras despesas financeiras	(17.757)	(7.617)
Total de resultado financeiro	370.025	197.030

19.9 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e após participações	950.072	207.716	950.072	207.716
Resultado antes da tributação sobre o lucro	950.072	207.716	950.072	207.716
IRPJ à alíquota de 25% e CSLL à alíquota de 15%	(212.316)	(51.906)	(143.830)	(33.229)
Diferenças temporárias	(31.754)	(3.639)	(5.668)	(2.183)
Diferenças permanentes	4.917	141	2.952	332
Deduções incentivadas	11.154	1.202	-	(286)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	1.219	-	1.324
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(227.999)	(52.983)	(146.546)	(34.042)
Lei do Bem	2.240	7.879	1.433	4.904
Constituição (Reversão) de créditos tributários	3.071	3.638	1.842	1.495
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(222.688)	(41.466)	(143.271)	(27.643)
Alíquotas efetiva (%)	-23%	-20%	-15%	-13%

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, as seguintes empresas do grupo: Indiana Seguros S.A., Liberty Agrega Serviços de Atendimento Ltda., Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda., Liberty Mutual Insurance Co. e Liberty Syndicates, além de seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022		Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Administradores (i)	-	3.723	-	7.749	(8.960)	(7.640)
Indiana Seguros S.A. (ii)	3.757	-	1.129	-	25.955	15.514
Liberty Mutual Insurance Co. RDC (iii)	-	-	1.005	-	-	-
Liberty Mutual Insurance Co. (iv)	-	3.177	-	10.502	(60.861)	(62.436)
Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda. (vii)	2.206	(4.055)	547	(3.030)	(42.685)	(34.133)

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri
Presidente

Vagner de Paula Guzella
Vice-Presidente

Marcos Machini
Vice-Presidente

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Vice-Presidente

Jorge Alberto Vargas
Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach
Presidente do Conselho

Nicolas Masjuan
Conselheiro

Maximiliano Javier Casas Sanchez
Conselheiro

CONTADOR

Rogério do Nascimento - CRC 1SP259014/O-4

ATUÁRIA

Mirela Barboza Pontes - MIBA 1916

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO ATUARIAL

Marcos Machini - Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da HDI Seguros S.A..

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Liberty Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Liberty Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial,

conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Liberty Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **Liberty Seguros S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Liberty Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liberty Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à

Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de

Outros Assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147



sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desempenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:**



★ continuação

LIBERTY SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros que estão registrados nas rubricas "Ativos de resseguro e retrocessão" e "Provisões técnicas - Seguros" demonstradas nas notas explicativas nºs 3j, 3l e 16 das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros envolve julgamento relevante da Diretoria na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Seguradora. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro firmadas pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Seguradora, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O
Paula Colodete Lucas
Contadora CRC-SP290864/O-3

www.libertyseguros.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>